



• U • C •

FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais

Relatório de Estágio

A mediação como meio de intervenção com a Comunidade Cigana: relato de uma experiência num bairro social em Matosinhos

Filipa Vieira Mendes

Relatório de Estágio para obtenção de grau de
Mestre em Educação Social, Desenvolvimento
e Dinâmicas Locais, orientado pela Professora
Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira

17 de julho de 2017

Dedico este relatório à minha Avó Cecília por toda a força, esperança e amor que sempre me deu e por nunca me ter deixado desistir!

A ti Avó, Obrigada!

Agradecimentos

Está a terminar esta grande etapa de 5 anos. Desde a licenciatura até este momento, muitas foram as pessoas que passaram pelo nosso caminho sempre com uma lição ou com uma bênção. E claro que neste momento não poderia deixar de agradecer aqueles que passaram e que de uma maneira ou outra marcaram o meu percurso.

O primeiro agradecimento vai para a minha Orientadora, a Professora Doutora Cristina Vieira, que desde o primeiro momento me aceitou e me encaminhou de uma maneira que eu já mais imaginara! Obrigada Professora pela sua orientação, e principalmente por sempre ter acreditado em mim e não desistir de mim!

Ao Doutor Nuno Teixeira pela orientação durante estes seis meses no gabinete e também a toda a equipa da APF Norte, com os quais me fui cruzando em diversas atividades! Obrigada pelo vosso trabalho! E claro, à comunidade cigana, sem a qual este trabalho teria sido impossível! Foi um crescimento enorme trabalhar com eles!

À minha Mãe e a toda a minha Família que sempre me apoia e que sempre se orgulhou de mim em todos os meus feitos, e que sempre se faz presente para os celebrar!

À minha Madrinha Filipa Rodrigues, para quem as palavras não chegam, porque mesmo longe sempre se fez perto e sempre fez questão de me acompanhar em todos os sentidos! Obrigada por sem quem é!

À Ana Reis, por toda a amizade, por todos os momentos de inspiração, pela disponibilidade e apoio incondicional desde o início desta grande aventura em Coimbra!

A todos aqueles que desde o 1º ano da faculdade me acompanharam, e em especial, à Ana Catarina e à Liliana que desde a licenciatura até este momento se fazem presentes!

À Enfermeira Raquel por se ter disponibilizado para a sessão e à Enfermeira Rosário, que é mais do que isso, é uma amiga para a vida e que tem sido um apoio fundamental!

Um Obrigada gigante também a todos os que marcaram e continuam a marcar o meu percurso pessoal e profissional, não podendo esquecer a Escola de Música e Dança Alberta Lima, em especial a Francisca, a Belinha e o Hélder; também um obrigada a todos os professores que fizeram parte deste percurso, em especial às professoras do Mestrado

que me ensinaram muito no pouco tempo de mestrado; aos meus colegas de mestrado que me receberam tão bem e sem os quais esta aventura não teria sido a mesma, nós vamos ser uma grande equipa!

Mais uma vez, Muito Obrigada a todos!

Resumo

O relatório aqui presente relata o trabalho desenvolvido durante o 2º ano do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais conferido pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, com o intuito de se obter o grau de mestre.

O estágio curricular para a concretização do mesmo foi desenvolvido na Associação para o Planeamento da Família (APF) na delegação do Norte. Mais propriamente, a parte do trabalho no terreno foi desenvolvida com a comunidade cigana do bairro da Biquinha em Matosinhos, onde a APF Norte intervém desde 2004.

Ao longo dos vários meses de estágio o percurso foi-se estruturando à volta desta comunidade, com quem muito se aprendeu.

O processo de intervenção passou essencialmente pelo uso da mediação, por ser o método que melhor corresponderia às necessidades encontradas e com vista a uma melhoria da qualidade de vida destas pessoas e a uma integração deles e delas como cidadãos e cidadãs da cidade de Matosinhos, em particular, e da sociedade portuguesa em geral.

O presente documento reflete também o crescimento de uma futura profissional de Educação Social, e o facto de que trabalhar com uma comunidade minoritária é uma experiência muito gratificante e enriquecedora, daí o estágio ter sido tão positivo e rico em momentos, experiências e aprendizagens.

Palavras-Chave: Comunidade Cigana; Educação Social; Mediação; Intervenção Social

Abstract

The present report has the goal of describing the work developed during the second year of the Master's Degree in Social Education, Development and Local Dynamics offered by the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Coimbra, in order to obtain the master's degree.

The curricular internship for the accomplishment of the Master Degree requirements was developed in the Association for Family Planning (APF) in the Northern delegation. More specifically, the part of the field work was developed with the gypsy community of the Biquinha neighborhood in Matosinhos, where APF Norte has been involved since 2004. During the several months of the internship, the activities were structured around this community, with whom much was learned.

The intervention process essentially went through the use of mediation, since it is the method that best corresponds to the needs encountered and with a view to improving the quality of life of these people and their integration as citizens of the city of Matosinhos, in particular, and of Portuguese society, in general.

This document also reflects the growth of a future Social Education professional, and the fact that working with a minority community is a very rewarding and enriching experience, so the internship has been so positive and rich in moments, experiences and learning.

Keywords: Gypsy community; Social Education; Mediation; Social Intervention

Índice

Introdução.....	p. 9
Capítulo I- Enquadramento Teórico.....	p.11
Introdução.....	p. 12
1. Comunidade Cigana.....	p. 12
2. Exclusão Social e Pobreza.....	p.15
3. Educação Social.....	p.17
4. Mediação.....	p. 19
Conclusão.....	p.21
Capítulo II- Caracterização da Instituição e do Público-Alvo.....	p.22
1. História da APF.....	p. 23
2. Organização APF.....	p. 28
3. Presenças APF.....	p. 28
4. APF Norte.....	p. 29
5. Caracterização do gabinete da Biquinha e da Comunidade Cigana.....	p.30
Capítulo III- Estágio Curricular.....	p. 31
Desenvolvimento estágio curricular.....	p. 32
1. Metodologia.....	p.33
2. Objetivos Estágio Curricular.....	p. 34
3. Calendarização.....	p. 35
4. Descrição das Atividades.....	p. 36
4.1. Mediação/Apoio Diário.....	p. 37
4.2. Campanhas APF. Universidade do Porto e Politécnico do Porto...p.	38
4.3. Campanhas APF- Queima das Fitas do Porto.....	p. 39
4.4. Campanhas APF- Feira da Saúde, Vila Nova de Gaia.....	p.40
4.5. Campanhas APF- Praça Francisco Sá Carneiro.....	p.41
4.6. Peddy Paper “Violência no Namoro”.....	p.42
4.7. Sessão de Saúde “Gestão da doença e do regime terapêutico”	p.43

4.8. Outras Atividades APF.....	p. 45
5. Avaliação.....	p.46
5.1. Autoavaliação.....	p.46
5.2. Heteroavaliação.....	p.49
5.3. Heteroavaliação- Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da FPCE-UC.....	p.50
Considerações Finais.....	p.51
Referências Bibliográficas.....	p. 54
Anexos.....	p.55
Anexo I- Peddy Paper “Violência no Namoro”	p.56
Anexo II- Grelha de Avaliação Peddy Paper “Violência no Namoro”	p.57
Anexo III- Certificado de Participação Peddy Paper “Violência no Namoro”	p.58

Introdução

O presente relatório foi desenvolvido no âmbito do Estágio Curricular, no 2º ano do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais (MESDDL) oferecido pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Irá descrever aqueles que foram os seis meses de estágio curricular na Associação para o Planeamento da Família (APF), na sua delegação do Norte, no bairro da Biquinha, em Matosinhos.

Esta associação foi escolhida através da Orientadora de Estágio, a Professora Doutora Cistina Vieira, e a missão e atuações da mesma trouxeram motivação para se avançar para o terreno. As diversas áreas de atuação sempre foram do interesse da estagiária, podendo esta enquadrar-se numa das mesmas, acabando a nossa opção por recair no trabalho direto com a comunidade cigana.

O desafio aumenta quando se sabe que se vai trabalhar com uma comunidade vulnerável e excluída aos olhos da sociedade maioritária. Os preconceitos existem diariamente, e mesmo sem se dar conta acabam por ser incutidos por nós também. E esse era o verdadeiro desafio, conseguir ultrapassar esses preconceitos e perceber quem realmente é a comunidade cigana e como ela funciona.

Então daí surgiram os objetivos, que se pretendiam que fossem o mais realistas possíveis, que contribuíssem de alguma forma para a qualidade de vida da comunidade cigana e que fosse útil para a vida deles. Os objetivos teriam de ter correspondência com a vida das pessoas

Enquanto educadora social, o local de estágio demonstrou ser apropriado e rico nas temáticas, pois além de se estar a intervir com uma comunidade vulnerável, vários temas podiam ser explorados, como a discriminação, a educação social, educação sexual, educação formal, entre outros.

O estágio foi rico em diversas experiências que permitiram explorar ainda mais a educação social e perceber a imensidade do seu alcance, em termos das problemáticas que cobre.

Este contacto foi realmente importante para o crescimento pessoal e profissional da estagiária.

Para se abordar todo este percurso de vários meses de atuação, o relatório está dividido em duas grandes partes: uma primeira parte onde iremos ter uma abordagem teórica de alguns conceitos que faziam sentido para caracterizar toda intervenção; na segunda parte teremos a descrição do que se passou no local de estágio, com a caracterização do local e da comunidade cigana, dos objetivos, das atividades desenvolvidas e da sua avaliação.

Por fim, teremos a conclusão, as referências bibliográficas e os anexos pertinentes devidamente numerados, os quais foram referenciados ao longo do corpo do relatório.

Capítulo I- Enquadramento Teórico

Introdução

No enquadramento teórico que iremos ter presente de seguida foram focados quatro conceitos que fizeram parte deste percurso e que fazem sentido serem explicados para sua melhor compreensão.

Estes conceitos são: a comunidade cigana, pois eles foram a base de todo este projeto, por isso teremos em conta aspetos históricos e características deles; a exclusão e a pobreza, dois conceitos que andam de mão dada com estas comunidade e outras vulneráveis, e que remetem para problemáticas que ainda precisam de ser combatidas; a educação social, porque é a base profissional de todo este trabalho; e a mediação, pois foi a técnica de intervenção que mais de enquadrou neste estágio e que foi útil na resolução de pequenos e grandes conflitos.

1. Comunidade Cigana

Estamos no início do século XVI no ano de 1510, sob o reinado de D. Manuel I. A monarquia tinha um papel essencial e muito forte que influenciava todo o povo português, que tudo fazia para agradar ao Rei. Os lusitanos começam a desbravar o mar desconhecido, levando o nome de Portugal por terras desconhecidas.

Porém, enquanto a terra lusa partia, outros chegavam. Chegava um povo estranho, de pele e cabelos escuros, vestuário peculiar e hábitos bastante diferentes dos hábitos portugueses.

Devido à renúncia por parte da sociedade e ao jeito peculiar dos ciganos, o pai da dramaturgia portuguesa, Gil Vicente, escreve a ‘farsa das ciganas’ que tão bem caracterizava estes mesmos costumes.

Descrevendo esta comunidade, podemos dizer que, na prática, é uma comunidade que se caracteriza pela convivialidade que se “desenvolve, como uma componente importante da sua estratégia de vida, a dependência dos subsídios da segurança social, cujos segredos de captação se revelam nas táticas extremamente elaboradas de simulação e de pressão que permitem obtê-los” (Almeida,1992, p.91). Claro que pode parecer que esta população apenas vive dos subsídios, no entanto existe também quem trabalhe para poder ganhar o seu próprio sustento.

A sua habitação é nos bairros sociais onde são alojados, por vezes sem condições mínimas, apesar de haver também bairros com boas condições, mas que estão localizados em locais mais afastados e de periferia.

No que toca aos valores, um dos seus maiores (senão o maior) é a família e a sua importância.

A família é considerada “o espaço social em que se movem as pessoas, o que é interdito e o que é aceite, determina as alianças, os usos de casamento, de formação de grupos domésticos, de socialização dos mais novos, de sustento e cuidado dos mais frágeis” (Fernandes & Maia, 2015, p.13).

Estas ligações familiares são extensas e unem-se num antepassado comum.

Toda a família ou quase toda vive próxima e os diversos elementos estão sempre a ajudar-se mutuamente, seja em que circunstância for. É uma prioridade e não há como rejeitar.

Esta firmeza da família cigana “é a chave de transmissão de valores e de educação dos filhos” (Arbex, 1999, p.17).

Dentro do universo de valores podemos encontrar “o respeito e o não abandono dos mais velhos; o carinho e o não abandono das crianças; a solidariedade com os doentes e a preservação da virgindade até ao casamento” (Casa-Nova, 2005, p.211)

Este último valor leva-nos a uma das peculiaridades da comunidade cigana no que toca à família, que é a questão do casamento.

Para os ciganos, o casamento é de extrema importância pois é nos dito que é de um carácter fundamental e porque “a união do casal reforça os laços familiares, as alianças de consanguinidade, as relações preferenciais e fortalecem em termos gerais, o grupo, porque consolida também a coesão social” (Fernandes & Maia, 2015, p.215)

No que toca aos mais velhos, “são considerados como pessoas com experiência de vida, com sentido de comunidade e com capacidade para gerir disputas e conflitos” (Arbex, 1999, p.28)

Estes valores acima mencionados são até referidos como “superiores aos valores transmitidos pela sociedade maioritária” (Casa-Nova, 2005, p.211), pois podemos ver que alguns (se não todos) são muitas vezes negligenciados a cada dia que passa, como podemos ver nas notícias televisivas.

A família é de facto um pilar essencial para esta comunidade, pois consideram-na “como unidade base na estruturação social, unidade económica e unidade educativa, surgindo, igualmente, como factor de estabilidade, coesão e reprodução das idiossincrasias culturais. É encarada, ainda, como espaço de afectos, de trocas mútuas, de reconhecimento cultural, constituindo-se como centro nevrálgico, aglutinador das diferentes esferas que compõem e suportam o grupo étnico cigano.” (Fernandes & Maia, 2015, p.210).

É dentro deste círculo que tudo acontece e que se vão perpetuando certos comportamentos.

Mesmo sendo considerada uma classe social desfavorecida, alguns pormenores podem salientar-se no seu dia-a-dia, como a limpeza e a disciplina. Mesmo sendo a limpeza uma tarefa feminina, existe esta preocupação constante pela arrumação da casa e a sua permanente limpeza, algo que pode ser visto através da observação participante como algo de que as ciganas se orgulham bastante de falar.

No entanto, mesmo dentro das classes desfavorecidas, os ciganos primam pela diferença dentro desse grande grupo. Num estudo realizado dentro de uma comunidade cigana¹, pode-se constatar que no que toca às questões de ocupação/profissão, esta comunidade difere por: não ter alguém a supervisionar, tomar espírito de iniciativa e criar ferramentas de sobrevivência. Estas características até são por norma associadas às classes sociais favorecidas.

Estas características são também mencionadas por Arbex (1999, p.24) que nos diz que “os ciganos sempre preferiram ocupações que lhes permitiram um controle sobre a organização do seu trabalho, bem como uma certa mobilidade e flexibilidade, ou seja, uma certa independência”. E preferem também “manter o controle sobre os seus

¹ Estudo realizado por Maria José Casa-Nova em 2005. A referência do estudo pode ser consultada nas referências bibliográficas.

horários e os seus ritmos de trabalho, ainda que com custos em termos de rendimento e de segurança” (idem, idem).

Claro que é importante salientar que, tal como no valor atribuído à educação formal, as mentalidades começam a mudar e já existe mais procura de emprego por conta de outrem; mas a escassez de funcionários ciganos deve-se também ao racismo de que muitos sentem de que ainda são alvo.

Porém, esta regulação própria das atividades permite que tenham mais tempo para outras coisas, como “reuniões, visitas à família, celebrações, visitas aos doentes” (idem, idem) mas os poucos que têm trabalho em horários fixos também fazem de tudo para não descurar essas situações importantes, pois sabe-se que os valores e princípios deles são muito vinculados e com muita prioridade nas suas vidas.

Sabe-se que um dos campos mais afetados na comunidade cigana é a educação formal. Este é um grande fator de exclusão (que será explorado mais à frente), e é um fator que ‘justifica’ a não integração da comunidade cigana na sociedade mais vasta.

O grau de escolarização é, em geral, muito baixo, havendo mesmo pessoas analfabetas. Por mais que se esteja a combater este problema e havendo um número crescente de crianças ciganas na escola, “o sucesso em relação à frequência, à finalização dos estudos obrigatórios e à melhoria do rendimento académico são escassos” (Idem, p.20).

Esta escassez justifica-se por haver a necessidade de a criança/jovem começar a trabalhar, casar ou simplesmente por achar saber o básico e necessário (ler, escrever e contar). Muitas crianças vão acompanhando os pais nas feiras e esse acompanhamento também faz com que não tenham assiduidade na escola, prejudicando a sua continuação no sistema de ensino.

Com o passar dos anos estes valores têm vindo a alterar-se havendo uma preocupação maior no que toca a esta questão, porém há ainda muito trabalho a realizar neste campo.

2. Exclusão Social e Pobreza

A exclusão social pode dever-se a diversos fatores, como “o baixo nível de formação escolar e de qualificação profissional; a composição, organização e comportamentos do

grupo doméstico ainda de acordo com as raízes culturais das regiões de origem e muito distintas do comportamento da família urbana das classes médias.” (Almeida, 1992, p.34).

Focando-nos no primeiro fator acima citado, podemos de fato encaixá-lo no perfil desta comunidade em observação; relativamente ao baixo poder económico temos presente que os ciganos não estão inseridos no mercado de trabalho tradicional da sociedade maioritária. O ‘emprego’ deles não se traduz no “assalariamento mas as actividades por conta própria de tipo precário e muitas vezes desenvolvidas no contexto da economia informal” (idem, p.76), como é o exemplo das feiras e das vendas ambulantes, são a sua fonte de sustento.

Já no que toca ao baixo nível de escolaridade, temos relatos fortes de abandono escolar, até porque o insucesso e o abandono escolar incidem “de modo ainda mais acentuado em grupos étnicos com características culturais a que o sistema de ensino não tem conseguido dar resposta cabal, como é o caso dos ciganos” (idem, p.77).

É claro que, apesar de se estar a fazer um pequeno apontamento separando estas duas causas, elas não podem ser desassociadas uma da outra, já que ambas estão interligadas, dado que “o rendimento económico das famílias acaba pois por condicionar, em grande medida, o prosseguimento dos estudo, sendo das famílias de mais baixos rendimentos que provém a esmagadora maioria dos alunos que abandonam a escola” (idem, p.50).

Estes ingredientes acabam, todos juntos, por resultar no fechamento da comunidade dentro da mesma, vivendo apenas e só com e para a comunidade, e este fechamento, esta vontade de fazer com que os seus princípios e valores permaneçam “é frequentemente visto nos meios envolventes como ameaça e como perigo para a ordem social” (idem, p.91).

A comunidade tende a ser continuamente posta ‘de lado’ e constantemente temos um jogo de ajudar/evitar, isto é, apesar de se falar na necessidade de ajudar a comunidade cigana, os esforços parecem partir apenas de um grupo pequeno de pessoas não ciganas, e a ajuda oferecida não chegará certamente a todos quanto precisam dela.

Esta falta de reconhecimento para com a comunidade tem sido frequente e inclusive pode ler-se na literatura científica consultada que “os ciganos permanecem ainda como

um grupo não (re)conhecido pela sociedade portuguesa maioritária. Não são reconhecidos nem como uma minoria nacional, nem como uma minoria étnica, assumindo-se, então, os ciganos como cidadãos nacionais, sem direitos, garantias ou proteção de carácter especial. Na verdade, a inexistência de reconhecimento dos ciganos, ou até o seu incorreto conhecimento, refletem-se em imagens limitativas, deformadas, de inferiorização e desprezo, afetando e restringindo negativamente a vida destas pessoas, o que se configura como mais uma forma de opressão (Taylor, 1988) sobre os ciganos” (Mendes, Magano e Candeias, 2014, p.12).

Aliado à exclusão social temos o fator pobreza que “corresponde, em grande parte dos casos, a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradução continuada não só nas condições materiais de vida mas também nas dimensões culturais e nas relações interpessoais, entre grupos e com as instituições” (Almeida, 1992, p.83).

Como podemos constatar, o fator pobreza não se alia apenas às questões económicas, mas alia-se também ao poder cultural. Apesar de dentro da comunidade haver uma cultura rica e com princípios e valores fundamentados para eles, o facto de não se enquadrarem na sociedade maioritária, já constitui uma fonte de pobreza.

Estes dois conceitos estão ainda muito de par em par com a comunidade cigana, e é uma luta que tem vindo ao longo do tempo a ser travada, mas como foi referido atrás, apenas um pequeno grupo de pessoas e entidades trabalha contra essa corrente.

3. Educação Social

Segundo Petrus (2000, citado por Varela, 2012, p.3) a educação social “é a prática educativa que se assenta sobre um conjunto de saberes teóricos, técnicos, experimentais (...) pertence à ordem das práticas, processos, fenómenos, ou seja, à realidade educativa”.

É também considerada uma forma de educação primordial e importante no campo da educação em geral.

A finalidade da educação social passa pela “finalidade de ajudar no processo de socialização e desenvolvimento pessoal dos destinatários da sua intervenção” (idem, p.6).

Segundo o autor anteriormente citado, de entre os seus objetivos (informar, observar, contactar, planificar, lograr, implicar, coordenar, mediar, possibilitar e dinamizar) iremos focar na mediação mais à frente.

Os princípios éticos da mesma, partindo da *Oficina Europea de la Asociación Internacional de Educadores Sociales* (AIEJI) são: o respeito pelos direitos humanos, pelos sujeitos a quem a ação é dirigida, justiça social e profissionalismo.

Como se lida com situações de muita vulnerabilidade, exclusão, pobreza e outros, estes princípios éticos fazem prevalecer a dignidade da pessoa e ou dos grupos em causa, sem nunca esquecer que quando se vai intervir não podemos querer que mudem consoante a nossa vontade e/ou o que achamos melhor. Tem de se perceber quais são as necessidades essenciais para que a intervenção seja ainda mais positiva e dinâmica.

A intervenção nesta área é uma intervenção de cariz social que pode ser individual, em grupo e comunitária. Os seus pressupostos passam pelo crescimento pessoal, autonomia, controlo positivo e projeto de vida das pessoas destinatárias.

Para se preparar uma intervenção social é necessário fazer o diagnóstico, planificar, intervir, avaliar e concluir. No entanto, sabemos que no terreno iremos sempre encontrar obstáculos e, por isso, estas etapas não acontecem em tempos certos e pré-determinados, mas vão acontecendo consoante aquilo que se encontra no terreno e consoante aquilo que nos é dado.

Para esta intervenção são necessárias estratégias, técnicas e instrumentos. São conceitos que parecem semelhantes, no entanto apresentam algumas diferenças; a estratégia caracteriza-se por “um conjunto de ações e atuações planificadas sistematicamente no tempo que se leva a cabo para atingir um determinado fim” (Varela, 2012, p.64); a técnica é “um conjunto de saberes práticos o procedimento para obter o resultado desejado (idem, p.65); já o instrumento passa por ser “um objeto ou um medio utilizado para conseguir um fim” (idem, p.66).

Estas três ferramentas são importantes na Educação Social pois permitem uma melhor intervenção, mais diversificada, flexível e personalizada.

A necessidade de uma intervenção personalizada é cada vez mais urgente, e na educação social podemos encontrar as armas de que necessitamos para travar esta luta. É uma necessidade maior, pois este ramo da educação é um dos que se encontra na linha da frente da sociedade e a que aparece, ou deveria aparecer, em primeiro lugar para aqueles que mais precisam. A educação social pode dar voz a quem não a tem e saber usá-la é uma sabedoria.

4. Mediação

A mediação caracteriza-se por ser “uma forma de resolver conflitos entre as pessoas, com a ajuda de uma terceira pessoa, o mediador” (idem, p.72).

O processo é baseado no diálogo e na confidencialidade e, como qualquer processo, é dividido por etapas: A fase prévia é a fase onde se explica como funciona a mediação e se ambas as partes estão de acordo com este processo; a apresentação do processo trata de expor a situação e aqui apresentam-se as normas da mediação; na exposição, as partes em conflito expõe a sua versão; já na análise de conflito analisam-se os pontos em que ambos concordaram, mas também os que discordam; com a proposta das soluções ambos pensam e criam soluções e estratégias que sejam agradáveis e satisfatórias para todos; por fim, o acordo, que após alcançada a solução/estratégia, é elaborado e estipulado. Convém é que os acordos alcançados sejam específicos, equilibrados e possíveis.

A mediação pode ser aplicada em diversos contextos como a família e a escola.

A mediação surge como uma alternativa aos tribunais e outros meios para a resolução de pequenos e médios conflitos, pois é de salientar que casos de extrema gravidade, como casos de violência, não podem ser resolvidos por meio deste processo.

A mediação tem um fator de destaque pois foi a técnica de intervenção que mais se adequou à comunidade cigana, dado que as necessidades mais urgentes requeriam que se utilizasse este processo, fosse com os hospitais ou outros serviços.

A fase de diagnóstico dentro de um processo de intervenção é, de facto, importante e deve ser o mais exaustiva possível, de forma a recolher e detetar as necessidades mais urgentes da comunidade/grupo/indivíduo com quem se está a intervir.

Claro que em outras comunidades ciganas outra técnica poderia ser mais indicada, mas no caso em concreto deste projeto de estágio a mediação foi a prioridade. No capítulo seguinte abordar-se-á a aplicabilidade da mediação na comunidade do bairro da Biquinha.

A mediação torna-se um processo eficaz pois promove a comunicação entre as duas partes e ajuda a clarificar certos aspetos que poderiam não estar tão esclarecidos ainda e que perpetuavam o conflito existente.

Este processo além de melhorar a comunicação, pode ajudar a ultrapassar barreiras e até mesmo as dificuldades encontradas. Usando um exemplo encontrado no local, devido à falta de alfabetização muitas pessoas não sabiam ler, e quando tinham uma consulta marcada no hospital, não conseguiam por exemplo desmarcar a mesma. Por haver este obstáculo, a mediação aqui não necessita propriamente das formalidades acima referidas, mas faz-se de uma outra maneira e esta é uma das vantagens deste processo.

Temos, como atrás foi dito, o processo formal da mediação em que são referidos os objetivos, expõe-se o conflito e tenta-se chegar à melhor solução possível.

Porém, a mediação tem um lado mais personalizado e flexível, que permite ser realizada também em pequenos conflitos de fácil e rápida resolução. Este processo contribui para a melhoria da intervenção, e é um forte aliado no combate à exclusão.

Esta técnica permite que os indivíduos que pedem a mediação, direta ou indiretamente se sintam ouvidos e se sintam confiantes por poderem expor o seu problema. Daí também vem a importância do mediador, de manter a confidencialidade e a neutralidade, apesar de em certos casos não existir neutralidade, mas sim imparcialidade.

A confiança é um fator necessário e esta técnica permite que isto vá acontecendo, pois à medida que a confiança se vai conquistando, maior vai ser a relação de confiança entre o mediador e as partes envolvidas no processo de mediação.

A exclusão é então combatida, pois ao resolver certos conflitos, o indivíduo vai-se sentindo mais confiante e mais conhecedor da situação, participando ativamente na resolução dos seus problemas.

Conclusão

Em suma, toda esta perspetiva teórica foi bastante útil na compreensão das problemáticas específicas que encontramos no terreno e de qual poderia ser a melhor maneira de as combater ou pelo menos de as minimizar. Claro que ainda há muito para fazer, mas acreditamos que o nosso projeto de estágio foi um pequeno contributo positivo para a vida das pessoas ciganas com quem trabalhamos.

Capítulo II- Caracterização da Instituição e do Público-Alvo

1. História da Associação para o Planeamento da Família

A Associação para o Planeamento da Família (APF) existe oficialmente desde o dia 17 de agosto de 1967, data em que foi registada no Diário do Governo, completando no ano corrente 50 anos de existência. No entanto, foi em 1966 que as primeiras reuniões foram iniciadas.

Do grupo fundador fizeram parte nomes ligados a diversas áreas das ciências naturais e sociais, tais como, na Medicina, os Doutores Manuel Neves e Castro, Miller Guerra e mais tarde Albino Aroso e Manuela Lanhoso. No Norte, juntaram-se as Doutoradas Idália Correia e Ana Brás Maria. Na Economia, Manuela Silva e da área das letras, Helena Marques, escritora e jornalista. Já da Madeira juntaram-se também as enfermeiras Louise Cunha Teles e Fátima Correia, e por fim, a psicóloga Graça Mexia. Deste grupo faziam parte ainda casais anónimos, uma vez que na época o planeamento familiar era único e exclusivo das famílias constituídas.

Em 1967, a saúde materna e infantil, a pobreza e o recurso ao aborto clandestino (causa mais comum para a taxa de mortalidade) em Portugal mostravam-se em indicadores muito altos, sendo que a mortalidade infantil estava nos 59,2% e a morte das mulheres traduzia-se em 1 por cada 1000. A contraceção não era muito conhecida nem utilizada², e os serviços de saúde não respondiam ao planeamento familiar. A pílula já era comercializada, porém associavam a sua função apenas para regulação menstrual.³

Situação semelhante ocorria em França e nos EUA, enquanto que o planeamento familiar crescia em outras partes do mundo. No Vaticano, o Concílio Vaticano II debatia ferverosamente estas questões.

Com estes acontecimentos a crescerem cada vez mais, a criação da APF é considerada um ato de cidadania e é pautada pela luta pelo direito à saúde da população lusa.

Esta luta traduzia-se nos primeiros movimentos da APF, como o debate público, sendo um deles com o teólogo holandês Sporken e outro com o demógrafo Alfred Sauvy. O

² O regime político vigente em Portugal reprovava a contraceção desde 1942

³ Toda a informação e dados estatísticos foram retirados e podem ser consultados no site da APF, em www.apf.pt

contacto com a população chega através da imprensa, como o 'Diário de Lisboa', o seminário 'Expresso' e a revista 'Flama'.

Não podia faltar a educação e a organização de consultas acerca do planeamento familiar. A APF consegue integrar consultas de planeamento familiar nos hospitais e dispensários do Instituto Maternal, e é pioneira nas consultas sociais do mesmo, que decorriam na sua sede em Lisboa. É a partir daqui que se criam as delegações do Norte e no arquipélago da Madeira.

A APF começa a realizar as primeiras formações para os profissionais de saúde, enfermeiros e médicos, sendo que os últimos começaram a introduzir as consultas de planeamento familiar nos seus hospitais de serviço, como o Doutor Albino Aroso, no Hospital Santo António no Porto, e a Doutora Idália Correia, na Maternidade Magalhães de Coutinho na capital. Para um maior crescimento das consultas e um maior acesso, a parceria com as profissionais de saúde Purificação Araújo e Rosália Ferreira⁴, da área da ginecologia, é um passo importante na estrutura das consultas.

Com o 25 de abril assiste-se a uma reviravolta. A liberdade aumenta e a APF é convidada a promover dezenas de ações pelo país atuando em empresas, escolas, comissões, associações, entre outras.

Porém, apesar dos esforços em trazer as consultas de planeamento familiar abertas a toda a população, é a 24 de março de 1976 que surge a primeira legislação acerca do planeamento familiar, incluída na saúde materno-infantil nos centros de saúde da Direção Geral de Saúde. Este grande marco deveu-se a um dos fundadores e depois presidente da associação, o Doutor Albino Aroso⁵, que foi secretário de Estado do VI Governo Provisório, juntamente com a Direção Geral de Saúde. A Constituição da República de 1976 aprova então o direito ao planeamento familiar que se refletia no Artigo 67º, nº2, alínea d.

Com a aprovação deste artigo, a APF desenvolve um novo tipo de intervenção, passando a ser uma associação de intervenção comunitária, continuando a educar para a saúde

⁴ Mais tarde as mesmas integram os órgãos sociais da APF.

⁵ (eleito a 28 de outubro de 1975)

populações jovens e adultas, mais propriamente em contextos vulneráveis como migrantes, pobres e até mesmo jovens institucionalizados.

Este trabalho que crescia a cada passo começou a ser reconhecido por entidades internacionais como, por exemplo, o FNUAP (Fundo das Nações Unidas de Atividades de População) e em 1978 esta grande entidade passa a prestar apoio financeiro aos projetos da APF.

Também nesse mesmo ano, em setembro, é publicado o primeiro número da revista que ainda hoje é publicada, sob o nome de “Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Sociedade”.

Chegando à década de 80, o trabalho da APF foca-se no planeamento familiar e na educação sexual para os jovens, levando os assuntos à agenda política, de forma a poderem ser implementados nos serviços de saúde e educativos.

Os adolescentes/jovens eram um público que não era consagrado, uma vez que o planeamento familiar estava na Constituição apenas direcionado aos casais. Além disso, o Governo a 5 de janeiro de 1981 postula que “na falta de autorização expressa dos pais ou representantes legais, deve ser negado aos menores não emancipados o acesso às consultas de planeamento familiar”.

Muitas adolescentes engravidavam durante o seu período na escola⁶, e os professores começaram a dar mais importância a estas questões e a educação sexual surge como uma necessidade urgente. Os profissionais de saúde juntaram-se também a esta preocupação e queriam a criação de serviços dirigidos aos jovens.

As ações públicas em defesa do assunto multiplicam-se e a 26 de novembro de 1981, é realizado um colóquio de tema “O Direito dos Jovens à Contraceção”. Os médicos Purificação Araújo, Idália Correia, João Dória Nóbrega, Daniel Sampaio, juntamente com a jurista Leonor Beleza, a enfermeira Helena Barroso e Pedro Ferreira, estudante representante dos jovens, dando voz à APF, defendem unanimemente os direitos dos jovens ao acesso pleno de consultas de Planeamento Familiar, métodos contraceptivos e

⁶ E com estes entraves, no fim da década de 70, do século XX, o pico de maternidade jovem atingia valores que rondavam os 42,5% e 51,2%. (Estes valores podem ser consultados no site da APF, em www-apf.pt)

educação sexual nas escolas, exigindo também que a circular de janeiro, anteriormente referida, seja revogada.

A luta tem finalmente vitória e no início de 1984, a 24 de março, a Assembleia da República aprova três leis: a lei nº3/84 sobre Planeamento Familiar e Educação Sexual; lei nº4/84 de Proteção à Maternidade; lei nº6/84 da despenalização da IVG (interrupção voluntária da gravidez) em algumas situações. A data é mais uma vez memorável, pois exatamente oito anos antes o então presidente, Doutor Albino Aroso, entregava o primeiro despacho referente ao Planeamento Familiar.

A Lei nº3/84 consagra então o direito dos jovens e famílias à educação sexual, e o Estado passa a estar responsável por promover a educação sexual nas escolas, incluindo a formação dos docentes. É também garantido o acesso às consultas de Planeamento Familiar por parte dos jovens sem baliza de idades através da Portaria nº52/85.

Assim, no mês seguinte a APF realiza um seminário em Lisboa sobre Educação Sexual onde se registaram cerca de um milhar de participantes, muitos deles professores de todo o país

Em junho desse ano, é entregue à Secretária de Estado da Educação a primeira proposta de introdução de educação sexual nas escolas com um plano e objetivos para cada nível de escolaridade, assim como com sugestões para as escolas desenvolverem as atividades com sucesso. Começam então a realizar-se as primeiras ações de formação para os professores, e este trabalho continua até ao presente. É uma ação central da APF, e presentemente engloba formação não só direcionada para docentes, mas também associações de pais.

Para continuar o trabalho que se desenvolvia em grande escala, em 1986 abre no Porto um CAJ (centro de atendimento de jovens).

Entrando na década de 90 novos desafios surgem.

A epidemia do VIH/SIDA crescia cada vez mais e as pessoas infetadas eram cada vez mais discriminadas. Juntamente com outras Organizações Não Governamentais (ONG'S), como a Abraço, a SOL e a Liga Portuguesa contra SIDA, a APF não se deixa ficar para trás, e trava uma luta para combater a discriminação.

A 1 de dezembro de 1994 divulga-se a “Declaração dos Direitos das Pessoas com VIH/SIDA”, que contava com a participação de 12 ONG’s e esta declaração foi pioneira no nosso país e essencial nesta luta.

Continua também a luta pela Educação Sexual em contexto escolar e em 1995, a APF propõe ao PPES (Programa de Promoção e Educação para a Saúde) a organização experimental de um projeto sobre educação sexual nas escolas que demonstrasse a sua importância e a sua aceitação por parte da comunidade envolvente.

O projeto é aceite e avança em cinco escolas do país: uma de 1º ciclo em Gouveia; duas do 2º e 3º ciclos em Évora e Faro; duas do ensino secundário em Setúbal e na Maia. O resultado foi bastante positivo, confirmado pela avaliação externa.

No fim da década de noventa, em 1998, a APF juntamente com a Secretaria de Estado da Juventude celebra um protocolo e abrem a linha telefónica “Sexualidade em Linha”, que funciona até hoje, com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca da sexualidade.

Em outubro de 2000, com o Ministério da Educação, a APF celebra um protocolo de promoção da educação sexual nas escolas que se estende até 2007. Assim, a associação consegue formar milhares de docentes e abrange a maior parte do território nacional escolar.

Outros temas que merecem destaque são os direitos sexuais das pessoas com deficiência e o abuso sexual. Acerca do primeiro tema foi publicado um livro intitulado “E nós? Somos diferentes?” e no final da década em parceria com a APPACDM de Setúbal é elaborado e publicado o programa de educação sexual “SER+”.

Já referente ao segundo tema, foi organizado um grupo de trabalhos com diversos departamentos governamentais e ONG’s, e em maio de 1997 é realizado o seminário “Abusos Sexuais em Crianças e Adolescentes”, que contou com o patrocínio da Presidência da República.

Com tantas iniciativas públicas e privadas, lutas, parcerias e afins, o reconhecimento público da APF vai crescendo e esta passa a integrar o Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres (CIDM)- agora chamado de Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)- e o Conselho Nacional das Famílias.

A 5 de Outubro de 1998, a APF recebe a Medalha da Ordem do Mérito pela mão do então Presidente da República, o Doutor Jorge Sampaio.

Desde então tem crescido mais e mais, o que tem levado a uma intervenção cada vez maior e a fazer frente a diversos temas e questões, e onde tem tido um papel fundamental para as suas respostas.

2. Organização APF

Em janeiro de 2017, a APF encontra-se dividida em 6 delegações distribuídas pelo território nacional: no Sul está presente no Algarve, com sede em Faro, e no Alentejo, no distrito de Évora; a capital acolhe a APF que abrange Lisboa, Tejo e Sado. Já em Coimbra é a delegação APF Centro e, por fim, no Porto encontra-se a APF Norte.

No que toca aos arquipélagos, a Madeira possui uma delegação no Funchal. Os Açores possuem uma delegação em Ponta Delgada, e desde 2011 funcionam como uma organização autónoma denominando-se de Associação para o Planeamento da Família e Saúde Sexual e Reprodutiva (APFSSR), mantendo uma parceria estreita com a APF nacional.

3. Presenças da APF

A nível nacional, a APF integra:

Fórum da Sociedade Civil para o VIH/SIDA; Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Grupo de Intersectorial de Trabalho sobre Mutilação Genital Feminina (SEAPI); Rede Nacional de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos; Fórum Não Governamental para a Inclusão Social; Plataforma Portuguesa das ONGD; Fórum Português para a Cooperação.

A nível de parcerias existem protocolos com:

Bayer Portugal; Câmara Municipais de Lisboa, Funchal, Matosinhos e Sintra; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG); Direção-Geral da Saúde (DGS); Fundação

Calouste Gulbenkian; Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ); Junta de Freguesia de Marvila; MSD Portugal; Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade; Segurança Social; Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD).

4. APF NORTE

A APF Norte, situada na Rua Júlio Dinis no Porto, sob a coordenação da Doutora Rita Fonseca, intervém num leque variado de problemáticas.

É composta por uma equipa que intervém no campo do Tráfico Humano; o seu objetivo é aumentar a qualidade de vida, de segurança e autonomia das vítimas de tráfico, ajudando no empoderamento e promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Existe também o Centro de Acolhimento e Proteção (CAP) que tem como objetivo principal o acolhimento seguro, estabilizar emocionalmente e reintegrar socialmente as mulheres e os seus filhos vítimas de tráfico. É uma intervenção multidisciplinar e centra-se na vítima, nas suas necessidades e urgências.

Em 2004, a APF começa a intervir no concelho de Matosinhos a nível da educação sexual. Esta ação é mais insistente nas populações em contexto desfavorecido e pretende educar para a sexualidade, reduzir as infeções sexualmente transmissíveis e as gravidezes precoces.

5. Caracterização do gabinete da Biquinha e da comunidade cigana

O local onde se realizou o estágio foi no gabinete da APF Norte situado no bairro da Biquinha, em Matosinhos.

Este bairro situa-se numa zona relativamente periférica, como acontece com muitos bairros sociais. É um bairro conhecido pelos seus problemas desde há muitos anos, e que comporta uma diversidade grande de habitantes.

Focando-nos na comunidade existente, com a qual esta intervenção vem desde 2004, temos uma comunidade ampla, toda interligada entre si pelos laços familiares (como foi referido na primeira parte deste relatório). Várias são as faixas etárias, mas as de maior contato conosco foram as faixas etárias de 18 anos para cima, pois as crianças, ou pelo menos a maior parte delas encontrava-se na escola no horário de funcionamento do gabinete. Claro que nem sempre eram assíduas e existiam jovens abaixo da maioridade que já tinham abandonado o sistema de ensino.

Na população mais velha era notório o grau elevado de analfabetismo, mas ao mesmo tempo uma vontade enorme de querer sempre estar por dentro dos seus próprios e assuntos e de procurarem saber ou confirmar saber alguma informação que lhes dissesse respeito.

Um dos aspetos importantes a focar é que, apesar de viverem em condições difíceis e com alguma escassez de bens, sempre respeitam os não ciganos e têm em grande consideração os profissionais do gabinete da APF. Existe o preconceito de que são mal-educados e sem respeito, mas isso não se verificou durante os meses do nosso estágio.

Nitidamente são uma comunidade em minoria e que sofre de exclusão por parte da sociedade maioritária, no entanto, entre eles existem relações muito fortes de interajuda, havendo situações de fortalecimento de laços afetivos que se foram verificando durante o período de estágio.

Capítulo III- Descrição das Atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular

Desenvolvimento do Estágio Curricular

Prosseguindo para capítulo III do relatório, iremos ter presente a descrição dos objetivos estabelecidos, e as atividades e estratégias desenvolvidas, juntamente com a respetiva calendarização,

É de salientar que as atividades de mediação diárias foram a base para o título do presente documento e que se considerou ser uma mais-valia, pois era a técnica com a qual a estagiária mais se identificava desde a licenciatura em 2012.

Depois da indicação das atividades feitas, estará descrita a avaliação em duas partes: auto e hetero avaliações.

Para terminar, teremos as considerações finais do presente documento, onde fazemos um pequeno balanço desta experiência de estágio.

1. Metodologia de Trabalho

Para a atuação no terreno, a análise qualitativa foi a análise que mais se enquadrava pois o que estrutura uma investigação qualitativa “são os verbos: compreender e interpretar; e os substantivos: experiência, vivência, senso comum e ação social” (Minayo,2012, p.621).

Como podemos constatar são estes os pressupostos que temos de ter em atenção na perspectiva da educação social. A intervenção não pode ser uma relação de poder, mas sim uma relação quase de simbiose, onde o educador social tem de compreender a comunidade envolvente tendo sempre em conta as suas experiências e vivências que sempre serão úteis e essenciais no processo de relação com as pessoas.

No decorrer do período de atuação, a observação feita pela estagiária foi de observadora participante, pois “neste papel, as actividades do observador são tornadas públicas desde o princípio e mais ou menos encorajadas publicamente pelas pessoas estudadas” (Peretz, 2000, p.78). O facto de a comunidade estar a par das intenções da estagiária e de cedo se estabelecer uma relação de confiança, permitiu à mesma ter acesso a uma grande diversidade de informações, mesmo confidenciais, dado que havia a garantia de manutenção da confidencialidade das fontes, já que o comportamento da estagiária se regia sempre por princípios éticos.

Esta afirmação verificou-se no terreno, pois o respeito mútuo demonstrado por ambas as partes permitiu esta mesma partilha criando o clima de confiança necessário ao bom desenvolvimento do estágio.

2. Objetivos do Estágio Curricular

Após observação direta e participativa da estagiária, da comunidade cigana com a qual se iria fazer a intervenção. os objetivos inicialmente pensados foram modificados. O primeiro mês foi essencial para definir esses mesmos objetivos, pois permitiu perceber quais as reais necessidades deles, e o destaque foi mesmo para as situações diárias e para a mediação. Claro que isso não evitava focar outros aspetos, tanto em conversas como em forma de partilha de preocupações e de alertas.

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
Capacitar a comunidade cigana para a vivência da cidadania, tanto em termos de direitos como de deveres das pessoas.	Mediar as necessidades/dúvidas/esclarecimentos da comunidade com as entidades competentes (hospitais, segurança social); Promover a resolução autónoma das situações problemáticas; Esclarecer dúvidas e fornecer informações úteis à vida diária.
Participar nas atividades da APF Norte, como membro da equipa técnica	Participar nas diversas campanhas realizadas; Promover o trabalho e as atividades da APF Norte pelas diversas redes; Contribuir para a organização das atividades inseridas no plano semanal do gabinete.

3. Calendarização

Atividades/Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Mediação Social	X	X	X	X	X	X
Peddy Paper				X		
Sessão Saúde					X	
Campanhas APF		X			X	
Apresentação resultados projeto '100 preconceitos'	X					
1º seminário da Rede Regional do Norte "Em rede contra o Tráfico de Seres Humanos: vidas, trajectos e histórias"					X	
Outras atividades	X	X	X	X	X	X

Nota: no mês de dezembro de 2016 fizeram-se os contactos prévios para a integração da estagiária na APF no início do ano civil seguinte. Entre os meses de outubro e novembro de 2016 a estagiária fez várias diligências para ser acolhida por outra ONG da região Norte, mas por motivos alheios à sua vontade a resposta positiva demorou a chegar e optou-se em dezembro pelo contacto com outra entidade: a APF.

4. Descrição das Atividades

Passaremos à descrição das atividades que foram desenvolvidas ao longo do período de estágio.

Teremos duas atividades que foram desenvolvidas no gabinete da APF Norte, no bairro da Biquinha, e outras fora das instalações.

Todas as atividades foram produtivas, tanto para a comunidade como para a estagiária, que pôde explorar um pouco mais o papel da educadora social e as diferentes formas de intervir, em situações diversas.

As atividades são finalizadas com uma pequena avaliação.

4.1. Mediação/Apoio diário

Ao longo do estágio, a estagiária prestou apoio diário de mediação entre as pessoas da comunidade e instituições do concelho de Matosinhos, tais como hospitais, centro de saúde, Segurança Social, serviços tributários, entre outros.

Este apoio mostrou-se essencial, uma vez que, devido ao grau elevado de analfabetismo, era necessário este apoio para marcar as consultas e avisar as pessoas relativamente à data das mesmas, ler a correspondência, preencher documentos relativos a diversos assuntos, entre outros.

Para o apoio de aviso às consultas, dispunha-se de uma agenda onde escrevíamos a data das consultas, o local, a hora e as especificações necessárias às mesmas. Além disso, consultava-se os valores dos RSI's e outras informações necessárias.

Destas atividades diárias, é também de salientar as atividades ao ar livre que se foram fazendo com as crianças, como jogar à bola, às escondidas, desenhar, jogar cartas e outras brincadeiras.

Considera-se este apoio diário de extrema importância, pois foi a partir dele que a relação de confiança foi sendo estabelecida e que aos poucos se foi conhecendo quais as suas maiores necessidades e dificuldades. Este conhecimento permitia assim um aproximar mais personalizado e uma atenção maior, dada pela estagiária às pessoas da comunidade.

Este apoio demonstrou ser bastante positivo, pois os utentes na estagiária para resolver a maior parte dos seus assuntos.

4.2. Campanhas APF- Universidade do Porto e Instituto Politécnico do Porto

No mês de fevereiro, no âmbito do Dia dos Namorados, a APF Norte esteve em campanha em duas faculdades da Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e na Faculdade de Medicina- dias 17 e 20 respetivamente- e no Instituto Politécnico do Porto, na Escola Superior de Educação no dia 14 do mesmo mês.

Distribuiu-se material contraceutivo e informativo, e voluntariamente os estudantes respondiam a um questionário sobre os métodos de contraceção. Os resultados do questionário não tinham por objetivo serem estudados formalmente.

Os materiais contraceuticos eram preservativos femininos e masculinos (ou internos e externos⁷) e gel lubrificante. Os materiais informativos eram acerca dos vários tipos de contraceção, infeções sexualmente transmissíveis e outras informações relevantes.

Durante as campanhas, a adesão não foi semelhante, uma vez que os horários correspondentes ao dia da semana influenciavam o fluxo estudantil.

⁷ Esta nova denominação de preservativo interno e externo deve-se às questões de inclusão de género. Na descrição das campanhas da APF usaremos sempre as duas designações.

No site da APF, www.apf.pt, podem ser encontradas informações mais detalhadas relativas ao assunto.

4.3. Campanha APF- Queima das Fitas do Porto

No passado dia 11 de maio, quinta-feira da semana da Queima das Fitas do Porto, a APF Norte esteve em campanha no recinto da festa- Queimódromo.

Duas brigadas compostas por três elementos andaram durante a noite pelo recinto distribuindo material contraceutivo (preservativos masculinos e femininos ou externos e internos). Destes elementos faziam parte vários elementos da APF Norte.

A adesão foi favorável, uma vez que durante esta semana os jovens são o grupo mais suscetível a comportamentos de risco, e esta campanha foi uma forma de prevenir consequências futuras e de os lembrar da importância do uso do preservativo nestas alturas.

4.4. Campanhas APF- Feira da Saúde, Vila Nova de Gaia

Nos dias 3,4 e 5 do mês de maio decorreu em Vila Nova de Gaia, junto à Câmara Municipal, uma feira de Saúde da qual a APF Norte fez parte.

Durante estes três dias distribuiu-se material contraceutivo- preservativos masculinos e femininos ou externos e internos- e material informativo sobre métodos de contraceção, doenças sexualmente transmissíveis e outros temas pertinentes; encontravam-se também à venda três jogos da APF e dois cd's sobre educação sexual para várias idades.

Várias pessoas passaram na barraca da APF, desde jovens a adultos. Além da distribuição feita, foram esclarecidas também algumas dúvidas que foram sendo colocadas por alguns visitantes.

Estas campanhas contaram com a presença da estagiária e do Doutor José Mandim.

4.5. Campanha APF- Feira da Saúde, Praça Francisco Sá Carneiro

No dia 24 de maio, a APF Norte foi convidada a participar na feira da saúde realizada pela Junta de Freguesia do Bonfim. Esta feira esteve situada na praça Francisco Sá Carneiro, no Porto, da parte da manhã. Contou novamente com a presença da estagiária e do Doutor José Mandim.

No entanto, o objetivo da APF não foi bem-sucedido como nas outras campanhas. Na feira compareceram maioritariamente escolas básicas, sendo a faixa etária uma barreira. A posição dos professores não se mostrou também favorável, notando-se ainda disparidade no que toca às atitudes face à importância atribuída à educação sexual.

4.6. Peddy Paper ‘Violência no Namoro’

Em janeiro a APF Norte foi convidada a promover uma atividade nos “Dias de Encontro”, promovidos pela Escola Secundária Augusto Gomes, sob o tema da ‘Violência no Namoro’. Pela voz da Professora Helena Ribeiro – responsável da temática da violência no namoro – a Associação foi desafiada a criar uma atividade dinâmica e ao mesmo tempo pedagógica, de forma a sensibilizar os alunos para a problemática.

A atividade dinamizada foi então um peddy paper, por ser uma atividade que envolve dinâmica e por poder permitir momentos de aprendizagem de forma lúdica e divertida.

Após algumas reuniões fixou-se a logística e os objetivos do mesmo. Definiram-se 6 postos e os respetivos locais, de acordo com a atividade e o tema (ver Quadro I)

A atividade foi avaliada pelos alunos como muito divertida e satisfatória e de onde levaram conhecimentos.

Quadro I: Logística Peddy Paper ‘Violência no Namoro’

Posto	Tema	Atividade	Local	Cor
1	Violência no Namoro	‘Cavaleiro Branco’	Árvore	Amarelo
2	Igualdade de Género	‘Tiro ao Preconceito’	Zona do Ping-Pong	Verde
3	Relação dos Pares	‘Help!’	Sala Multiusos	Laranja
4	Mitos & Realidades	‘Mitos & Realidades’	Lago	Rosa
5	Violência no Namoro	‘Sombra Tecnológica’	Jardim Interior	Azul
6	Sexualidade	quis	Entrada Biblioteca	Vermelho

4.7. Sessão de Saúde “Gestão da doença e do regime terapêutico”

No dia 25 de maio de 2017 foi levada a cabo, nas instalações da APF no bairro da Biquinha, a primeira sessão com o tema “Gestão da doença e do regime terapêutico”, pelas enfermeiras Ana Raquel da Silva Baleixo e Maria do Rosário dos Santos Miranda.

Esta sessão teve como objetivo principal alertar e sensibilizar a comunidade para algumas doenças mais frequentes, entre elas: a hipertensão, o colesterol, os diabetes e a obesidade. Neste sentido seriam explicadas as causas e consequências das doenças, as diferentes formas de gerir o regime terapêutico (alimentação, exercício físico, medicação), a importância das consultas de controlo e as maneiras de prevenir as mesmas.

No entanto, a sessão não decorreu nos moldes planeados, o que não significa que não tenha sido igualmente satisfatória. Os utentes sentiram-se à vontade para discutir com as enfermeiras diferentes pontos relativos à saúde. Estiveram presentes 8 pessoas de etnia cigana (7 mulheres e 1 homem), e aquando da abertura da sessão foi lhes dito qual o tema a falar, mas que também estavam à vontade para tirar dúvidas que tivessem acerca de saúde. A sessão tomou os moldes de uma discussão aberta, onde a comunidade era protagonista. Foi importante perceber que eles conseguiram questionar as enfermeiras sobre temas que lhes despertavam dúvidas e que, provavelmente, eles não tratariam com os médicos visto que, quando as enfermeiras lhes perguntavam se já tinham discutido esses assuntos com os médicos de família, alguns diziam que não. Algumas das dúvidas tiradas foram relacionadas com cirurgias, uma vez que duas utentes iriam realizar uma cirurgia brevemente; outras temáticas envolveram a educação sexual; a saúde da mulher e uma os diabetes.

Após a discussão, foram avaliadas as tensões arteriais, algo que se faz, frequentemente, no gabinete.

No fim, foi pedido aos utentes que realizassem a avaliação da atividade. Tendo em conta que muitos não sabiam ler, foi-lhes pedido que escolhessem uma cara (cara triste – não gostou, cara normal - gostou, cara sorridente – gostou muito), para fins de avaliação desta atividade. Todos avaliaram e conclui-se que a sessão foi ‘Muito Satisfatória’ visto que todos escolheram a cara sorridente.

Após ver a avaliação dos utentes e de conversar com as enfermeiras, a estagiária considerou que os pontos fortes da sessão foram: ser um espaço aberto a questões sobre qualquer tema de saúde, e o esclarecimento das dúvidas ter tido uma excelente dinâmica de pergunta-respostas, claras e satisfatórias.

Os pontos negativos passaram por ter estado presente um número reduzido de utentes e por ter demorado apenas 45 minutos. É de advertir que a sessão não se alongou mais devido à hora avançada para a rotina de vida dos utentes.

4.8. Outras atividades APF Norte

Durante o período de estágio a estagiária participou também em outras atividades da associação:

Apresentação dos resultados do projeto ‘100 preconceito’⁸

Na apresentação dos resultados do projeto ‘100 preconceito’, que se realizou nas instalações do Bairro da Biquinha, a 12 de janeiro, a estagiária colaborou na organização do espaço e no material a entregar aos participantes; esteve responsável por uma atividade que decorreu antes e após a apresentação que consistia na projeção de fotografias captadas no âmbito do mesmo projeto; e fez o registo fotográfico do evento.

1º seminário da Rede Regional do Norte “Em rede contra o Tráfico de Seres Humanos: vidas, trajectos e histórias”⁹

No dia 8 de maio realizou-se na Biblioteca Municipal Almeida Garrett o 1º Seminário da Rede Regional do Norte "Em rede contra o Tráfico de Seres Humanos: vidas, trajectos e histórias". Este seminário contou com um vasto painel altamente qualificado e conteúdos de excelência que proporcionaram um momento de partilha e de reflexão importantes acerca do tema em questão.

A estagiária colaborou no mesmo.

⁸ O projeto ‘100 preconceito’, que tinha como principal objetivo a inclusão de pessoas de etnia cigana, foi levado a cabo de junho até dezembro de 2016.

⁹ Informações acerca do mesmo podem ser consultados na página do Facebook da Rede Norte de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico.

5. Avaliação

Iremos agora avaliar o estágio curricular. Este momento está dividido em duas partes: numa primeira parte teremos a nossa autoavaliação e numa segunda parte a heteroavaliação, feita pelo orientador local, o Doutor Nuno Teixeira, através da grelha de competências estipulada pela Universidade de Coimbra.

De referir que a avaliação é uma parte crucial de qualquer projeto, pois permite saber se a intervenção está a ter os objetivos pretendidos e quais os aspetos fortes e fracos, para que se possa proceder sempre a uma melhor e eficaz atuação com as pessoas com quem trabalhamos.

5.1. Autoavaliação

Para esta autoavaliação, irão ser focados os pontos forte e os pontos fracos detetados ao longo do período de estágio.

Começando pelos pontos fortes, o que deve ser mencionado em primeiro lugar é a confiança estabelecida entre ambas as partes. Este ponto foi e é fundamental uma vez que, sem esta confiança, o trabalho pretendido não podia ser desenvolvido da forma que foi. O processo de mediação só consegue ser bem-sucedido se ambas as partes estiverem disponíveis para o diálogo. Neste caso, a relação que se estabeleceu com a comunidade foi bastante positiva, criando-se assim uma 'rampa de lançamento' para todo o trabalho ser feito da forma mais correta e útil.

Esta confiança levou à criação de laços com as pessoas ciganas que permitiram que a relação fosse não apenas profissional, mas que também fosse uma relação de proximidade e de segurança para poderem partilhar diversos aspetos das suas vidas, para além dos que os levavam ao gabinete.

Um outro aspeto forte foi a segurança enquanto mediadora. Este trabalho foi sempre desenvolvido de uma forma conscienciosa e com vista à resolução das situações em questão. Mesmo quando havia alguma dúvida sobre a melhor forma de resolver ou como proceder, pedia-se ajuda, fosse ao orientador local ou recorria-se a outros meios que levassem à resolução das situações que nos apareciam.

Este ponto forte foi também importante na construção da relação de confiança com a comunidade, pois percebiam que da nossa parte havia sempre disponibilidade para os ajudar a resolver as suas questões.

Analisando os pontos fracos, não foram feitas muitas atividades, pois optou-se pelo foco na via da mediação. Apenas se realizou uma atividade em que foram convidadas duas colegas enfermeiras¹⁰.

A falta de conhecimento em certas áreas, como na área da segurança social, traduziu-se também num ponto fraco por demorarmos mais tempo a dar resposta às situações colocadas pelos utentes.

Os preconceitos que ainda nos são incutidos pela sociedade em geral trouxeram-nos alguma relutância nos primeiros dias. Além de se ir com o receio de entrar num terreno desconhecido- e que possui não muito boa fama- estávamos com a dúvida de como iria ser a nossa relação com as pessoas. Sentia-se receio de dizer algo que não fosse correto e que eles tomassem a mal, que sentissem que se ia para ali com o intuito de lhes ‘impor’ uma vontade e que poderia eventualmente ser vista como uma pessoa preconceituosa.

Mas, com o passar dos primeiros tempos, tudo se foi desenvolvendo de uma forma natural e os preconceitos foram sendo desmitificados, e a relação foi-se construído naturalmente.

Numa perspetiva pessoal, este contacto com a comunidade fez-nos crescer muito. Percebeu-se que os ciganos são pessoas como nós, têm as suas qualidades e defeitos, e que respeitando o espaço deles tudo corre pelo melhor, assim como nós gostamos que respeitem o nosso. Como cidadã foi importante este contacto, pois compreendeu-se também melhor as pessoas que partilham a mesma cidade, mesmo em condições diferentes. Sentiu-se os seus problemas, as suas alegrias, as suas tristezas, os lutos... sim, durante o período de estágio contactou-se com utentes que estavam de luto (e que, entretanto, saíram desse período). Decorrido cerca de um mês do início do nosso estágio, o casal mais velho do bairro faleceu e em parte isso foi sentido. Foi esse um dos primeiros momentos em que se começou a perceber que se estava a criar uma ligação com as

¹⁰ Ver atividade 4.7.

peças da comunidade. Já não nos passavam despercebidas as suas dores e as suas alegrias.

Enquanto educadora social, o estágio foi muito importante para perceber como se pode atuar no terreno e qual a importância desta profissão. Mas este tópico irá ser desenvolvido mais à frente no próximo capítulo.

5.2. Heteroavaliação pelo orientador local, o Doutor Nuno Teixeira



ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

Avaliação de estágio: Filipa Mendes

A Filipa demonstrou competências para se integrar com facilidade nas atividades desenvolvidas pelo projeto da Associação para o Planeamento da Família em Matosinhos.

Este projeto desenvolve um trabalho de proximidade em que a relação de confiança com o/as utentes é fundamental. Apesar da curta duração do estágio a Filipa conseguiu conquistar a relação de confiança do/as utentes com relativa facilidade. A maioria das tarefas que desenvolveu no estágio relacionaram-se com o atendimento a utentes e articulação com entidades parceiras sendo sempre adequada na relação estabelecida com as mesmas.

Demonstrou disponibilidade para integrar outras campanhas de educação para a saúde dinamizadas pela APF Norte.

O seu desempenho global foi muito bom demonstrando curiosidade e interesse em aprender conseguindo integrar e operacionalizar os novos conhecimentos adquiridos.

Matosinhos, 4 de julho de 2017

Nuno Teixeira

Coordenador do projeto

5.3. Heteroavaliação- Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da FPCE-UC

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
 Universidade de Coimbra
 Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da FPCE-UC

Grelha de competências transversais para os estágios da FPCE-UC						
I – Insuficiente; S – Suficiente; B – Bom; MB – Muito Bom; E – Excelente I – <10; S – 10 a 13; B – 14 a 15; MB – 16 a 17; E – 18 a 20 (valores) NA – Não se aplica	I	S	B	MB	E	NA
Competências instrumentais						
1) Comunica com clareza os resultados/conclusões do trabalho desenvolvido, bem como os processos, métodos e raciocínios que lhes estiveram subjacentes.			α			
2) Pesquisa, analisa e sistematiza de forma adequada a informação.				α		
3) Define de forma clara metas e objetivos, baseados na análise das necessidades dos contextos em que participa.				α		
4) Desenvolve planos de acção adequados às metas e objetivos a alcançar.				α		
5) Utiliza, adequadamente, conhecimentos, procedimentos e competências técnicas, da sua área de especialização.				α		
Competências interpessoais						
6) Interage de forma assertiva com a equipa de trabalho, revelando empatia e respeito pelas pessoas.			α			
7) Interage de forma adequada com os utentes/clientes, salvaguardando a sua dignidade e respeito.					α	
8) Interage de forma adequada com profissionais de outras entidades/organizações/instituições.					α	
Competências sistémicas						
9) No plano interno, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre subsistemas/sectores/serviços da instituição/organização onde desenvolve as suas atividades principais, numa lógica integrada.				α		
10) No plano externo, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre a organização/instituição onde desenvolve as suas atividades principais, e as restantes instituições (a nível local, comunitário, regional e nacional), numa lógica integrada.				α		
Outras competências						
11) Comparece assiduamente ao serviço, de acordo com o horário estabelecido com a instituição/organização.					α	
12) É pontual.					α	
13) Assume e desenvolve, de forma responsável, as funções/tarefas que lhe são confiadas.					α	
14) Integra e promove, na prática, a dimensão ética da profissão.					α	
15) Revela consciência crítica sobre práticas/posturas institucionais, profissionais e sociais (articulando conhecimentos teóricos e práticos com responsabilidade pessoal e profissional).				α		
16) Atua de forma proativa, propondo ideias, iniciativas e procedimentos relevantes para a melhoria do funcionamento da instituição/organização.				α		
17) Evidencia capacidade de se distanciar e refletir criticamente sobre as situações.				α		
18) Compreende as necessidades das pessoas/organizações/instituições e propõe ideias/procedimentos inovadores e criativos.				α		
19) Mostra uma atitude de abertura e capacidade de adaptação à mudança.				α		
20) Revela empenho em aprender e aperfeiçoar-se continuamente.				α		

Considerações Finais

Os seis meses de estágio foram meses que constituíram uma oportunidade para desenvolver e fazer crescer o lado pessoal e profissional da estagiária, pois o contacto com a comunidade cigana fez desmitificar alguns preconceitos existentes pois não se verificavam na realidade.

Enquanto educadora social, sendo uma área de intervenção de primeira linha, é mais difícil desassociar o lado pessoal do profissional. É o lado pessoal que acaba por definir um pouco da nossa intervenção enquanto educadores sociais, e vice-versa, pois ao lidarmos com situações diferentes, públicos diferentes, também as pessoas são moldadas.

Ao estar no bairro da Biquinha é que se percebem as reais dificuldades e até quase que se encontra uma justificação para certos atos acontecerem, não que os 'meios justifiquem os fins', mas ao conhecer-se a realidade das pessoas a nossa perspetiva sobre elas altera-se e até mesmo a intervenção.

E foi isso que aconteceu no terreno. A constante partilha e contacto fez perceber que as dificuldades daquela comunidade passam por assuntos relacionados com o seu dia-a-dia, como as consultas ou a renovação do Rendimento Social de Inserção (RSI). O facto de haver uma agenda no gabinete onde se apontavam todas as consultas, exames, renovações e outros assuntos era um apoio importante para esta comunidade, era uma segurança para aqueles que não sabiam ler ou até para os que se poderiam esquecer.

E a atividade realizada com as enfermeiras também foi um momento em que se percebeu algumas dificuldades e onde se demonstrou a confiança existente, pois houve uma utente que colocou uma questão que nunca tinha colocado ao médico de família. Isto é um alerta para a importância das relações de confiança.

Os momentos de brincadeiras com as crianças também foram momentos de aprendizagem e de crescimento. Só o aparecer quase diariamente diz-nos que aquele momento era do interesse delas e que elas confiavam nas pessoas a quem pediam para brincar. Pareciam momentos mais de lazer, mas sempre se aprendia, pois, as crianças por

vezes discutiam umas com as outras e ajudá-las a compreender onde erraram era importante.

Tendo em conta as outras intervenções da APF Norte, a participação nas campanhas permitiu-nos conhecer melhor o alcance que a educação sexual tem na sociedade. Este contacto com outro tipo de público foi também desafiante, pois este público já se aproximava mais à chamada sociedade dominante, e onde passamos de classes mais pobres para classes tendencialmente mais favorecidas, em termos económicos.

E é preciso continuar a insistir na educação sexual, porque ainda existem faixas etárias mais jovens que desconhecem as infeções sexualmente transmissíveis, ainda existe quem tenha relações desprotegidas, e informação incompleta. É necessário atuar neste campo, apostar na formação do corpo docente e atuar neste domínio partindo das próprias escolas.

O seminário realizado no mês de maio acerca do tráfico humano foi um seminário vastíssimo e riquíssimo que permitiu alargar os nossos conhecimentos nesta mesma área e que contou com um painel de excelência, o qual deixou o alerta para não se desistir.

O trabalho da APF Norte tem sido mesmo de louvar e a luta constante tem ajudado aos poucos a mudar para melhor a vida de muitas pessoas.

O estágio foi também uma própria chamada de atenção para a estagiária, pois permitiu que daqui para a frente, em projetos futuros, a sua intervenção seja com um outro olhar e com o foco no melhoramento das condições de vida dos públicos com quem vier a trabalhar, mas não numa relação de poder, mas sim numa relação quase de simbiose.

De reforçar que a mediação é um aspeto forte para se poder concretizar estas intervenções.

Em suma, o estágio foi bastante positivo, pois deu a conhecer o trabalho de uma associação que existe no país há cinquenta anos (celebrados no corrente ano); deu a conhecer uma comunidade e uma realidade que ainda hoje permanecem esquecidas e distorcidas; e ajudou uma estagiária a dar os primeiros passos no terreno e a crescer um pouco mais como pessoa e educadora social. Este crescimento já tinha começado com a licenciatura em Ciências da Educação e depois com este mestrado, que fez vincar ainda

mais a importância que a educação tem na vida de um Ser Humano e como a sua vida pode ser influenciada!

Estas questões continuarão a ser importantes para nós num futuro próximo, para que cada vez mais se invista na educação de públicos diversos, principalmente daqueles que têm menos condições de acesso a bens e recursos e menos oportunidades.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J.F. (1992). *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*. Celta Editora.
- Arbex, C. (1999). *Actuar com a comunidade cigana: orientações para a intervenção em toxicoddependência a partir dos serviços de assistência*. Portugal: Rede Europeia Anti-Pobreza
- Associação para o Planeamento da Família (s.d). Disponível em: <http://www.apf.pt>
- Casa-Nova, M.J. (2005). Etnicidade e Educação familiar: o caso dos ciganos. *Revista Teoria e Prática da Educação*, 8 (2), 207-214.
- Fernandes, O.M., Maia, C. (2015). *A Família portuguesa no século XXI*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Henri Peretz, H. (2000). *Métodos em sociologia*. Lisboa: Temas e Debates-Actividades editoriais Lda
- Mendes, M., Magano, O., & Candeias, P. (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. Lisboa: ACM. (consultado a 12/03/2017)
- Minayo, M.C.S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciências & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- Varela, M. S. (2012). *La formación práctica en intervención socioeducativa*. Madrid: Sanz Y Torres

ANEXOS

ANEXO I

Peddypaper “Violência no Namoro”

Objetivos

Geral: Prevenir a Violência no Namoro

- a) Integrar os alunos na temática da violência no namoro;
- b) Promover o trabalho em equipa;
- c) Sensibilizar para a temática da Violência no Namoro sob vários contextos;
- d) Desenvolver o espírito crítico e de reflexão;
- e) Esclarecer dúvidas.

Material

- Esferográficas
- 1 caneta fluorescente de sublinhar
- Folhas de cores¹¹
- 6 Mesas
- 30 Grelhas de Avaliação APF
- 6 Folhas de Registo
- 1 Bola pequena plástico
- 16 Objetos cilíndricos
- Cartolina
- 2 Caixas pequenas
- 6 Cópias de um Testemunho Real¹²
- 6 Cópias do texto ‘Cavaleiro Branco’
- Folhetos Informativos e material de contração APF

Kit Do Explorador

Capa; Folha de Registos; Caneta

¹ Cor para cada temática

¹² O testemunho real pode ser escolhido pelo dinamizador

ANEXO II

Avaliação da ação

Prevenção da violência no namoro

Data: 4-4-2017

Escala utilizada para resposta as questões:

1 = Péssimo	2 = Insuficiente	3 = Suficiente	4 = Bom	5 = Excelente
-------------	------------------	----------------	---------	---------------

Por favor, assinale com um X:

	1	2	3	4	5
Divulgação da ação					
Competência e conhecimentos demonstrados pelo/as formadore/as					
Pertinência do tema trabalhado					
Metodologias utilizadas					
Recursos utilizados					
Aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos					
Avaliação global da formação					

Comentários adicionais/Sugestões:

Assinatura (facultativa)



ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

Certificado de participação

A Associação para o Planeamento da Família declara que _____ participou na atividade de prevenção da “Violência no namoro” que decorreu na Escola Secundária Augusto Gomes.

Matosinhos, 4 de abril de 2017

Dr. Nuno Teixeira
(Coordenador da intervenção da APF - Norte em Matosinhos)